



As falas cotidianas sobre a política: a produção discursiva sobre o bolsa-família em grupos de discussão*

Ângela Cristina Salgueiro Marques¹
Simone Maria Rocha²

Resumo: Este artigo tem como objetivo propor um percurso metodológico que visa revelar como cidadãos comuns, freqüentemente ignorados pelos processos políticos, acionam e articulam diferentes discursos quando compelidos a se posicionarem diante de questões que afetam seu cotidiano. Ao invés de buscarmos revelar o que pessoas, de forma geral, pensam da política (do ambiente político institucional), preocupa-nos saber como as pessoas comuns acionam diferentes discursos intersectando-os de modo a formular o próprio ponto de vista ou quadro de entendimento sobre uma questão política específica. Para tanto, propomos a realização de grupos de discussão e a leitura e interpretação de seus resultados através da construção de categorias de análise que evidenciem o modo como sujeitos comuns elaboram sua concepção de política e são capazes e competentes para articular discurso político. De modo a evidenciar empiricamente nossos propósitos realizamos 8 grupos de discussão com mulheres pobres beneficiadas pelo Programa Bolsa-Família. Para a análise das trocas comunicativas estabelecidas nos contextos dos grupos de discussão propomos as seguintes categorias: a) a produção de contra-narrativas que desafiem aquelas que possuem um maior grau de visibilidade; b) a explicitação de premissas e razões; c) o posicionamento dos participantes diante de questões sensíveis; d) assumir o risco de expressar uma opinião dissonante; e) evitar os riscos impostos pelo debate.

Palavras-chave: cidadãos comuns, política, cotidiano, grupos de discussão.

*“La politique est d’abord une intervention
sur le visible et l’énonçable.”
Jacques Rancière (1998, p.241)*

Pensar e investigar empiricamente a política a partir de uma perspectiva ampliada é o principal foco de nossos investimentos atuais. Adotamos uma idéia de política que se concretiza quando os homens agem e comunicam coletivamente buscando entendimentos e o bem comum, o que requer um espaço onde eles possam se encontrar e interagir através da ação e da palavra. A política, nesse sentido, torna-se possível quando os homens são capazes de trocar experiências intersubjetivas. Sendo assim, política envolve uma significativa capacidade dialógica que possibilita aos homens estabelecerem acordos e negociarem seus posicionamentos, suas opiniões visando o interesse público. Isso nos leva a entender a definição da política como um processo que não se restringe aos espaços formais de tomada de decisão – localizados pela maioria dos autores no “centro” do sistema político (Habermas, 1997; Mansbridge, 1999) em oposição à uma “periferia” composta

* Trabalho apresentado no GT Comunicação e Democracia do I Congresso Anual da Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação e Política, ocorrido na Universidade Federal da Bahia – Salvador-BA, 2006. O presente trabalho foi realizado com o apoio da CAPES, entidade do Governo Brasileiro voltada para a formação de recursos humanos

¹ Doutoranda em Comunicação Social pela UFMG e pesquisadora do Grupo de Pesquisa sobre Mídia e Esfera Pública (EME) do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da UFMG (angeliky7@yahoo.com).

² Professora Adjunta e pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Mídia e Espaço Público do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social UFMG (smarocha@ig.com.br).

de “públicos subalternos” (Benhabib, 1996) ou de “públicos fracos” (Fraser, 1992; Bohman, 1996) – mas que toma forma através das lutas cotidianas pela sobrevivência, contra opressões simbólicas e materiais e a favor de novos quadros de entendimento produzidos via contestações e questionamentos é o que nos impele a investigar como públicos marginalizados, como moradores de favela, grupos sexualmente estigmatizados e mulheres pobres produzem discursos e sentidos acerca de representações, políticas públicas, narrativas de ampla visibilidade social, etc. Tais grupos têm seus corpos, discursos e modos de fazer dispostos em uma estrutura social que estabelece, dentro de um mundo comum, partes e lugares específicos. A face cotidiana da política apresenta-se quando esses lugares pré-definidos e discursivamente marcados sofrem uma intervenção. Intervir não significa necessariamente produzir uma ação de revolta, mas sim instaurar a dúvida e o conflito.

Nesse sentido, podemos nos indagar sobre que tipo de discursos as pessoas social e politicamente marginalizadas tecem em seu cotidiano de modo a fazer eclodir pontos de indagação e questionamento que demandam a reflexão, o acionamento de argumentos, razões, testemunhos, gestos, enfim, de uma situação comunicativa cooperativa e relacional cujo objetivo é entender melhor sua localização nesses lugares? E ainda, em que momento esses cidadãos comuns, fracamente organizados, invisíveis e desacreditados se sentem compelidos a refletir sobre suas ações, suas práticas e seus anseios? Afinal, o funcionamento da rotina não é favorável à troca comunicativa reflexiva e pública. Mais difícil ainda torna-se a coleta e o registro desses momentos únicos e fugazes.

Pesquisas nas áreas de Ciência Política, de Antropologia Social e de Comunicação Social vêm se dedicando à árdua tarefa de coleta e análise do pensamento reflexivo de pessoas comuns voltado para questões de natureza política. Esse tipo de preocupação enfatiza a importância da produção de um conhecimento acerca do modo como os cidadãos comuns elaboram quadros interpretativos de referência acerca da política, acionando diferentes discursos, oriundos de contextos diversos, quando são solicitados a se posicionarem diante de questões de interesse coletivo. Contudo, esses trabalhos podem ser diferentemente classificados quanto ao enfoque conferido à política e quanto ao método empregado para captar as falas e discursos dos cidadãos comuns. Grande parte dos trabalhos deseja saber como as pessoas comuns produzem sentidos acerca do funcionamento da política institucional (eleições, marketing político, escândalos, etc.) (ver: Veiga e Gondim, 2001; Figueiredo, 1995, 2000; Ribeiro, 2005). Uma outra parte, também voltada para a política formal, busca perceber como a mídia, aqui entendida em sua dimensão textual e discursiva (telejornais, revistas, charges, jornais impressos, telenovelas, etc.), pode influenciar na interpretação dos “jogos políticos” ou de acontecimentos políticos de grande e pequena relevância (ver: Porto, 2001; Gamson, 1992; Neuman, Just e Crigler, 1992; LaPastina, 1999; Aldé, 2001; Silva, 1985). E, ainda que de forma incipiente, existem trabalhos preocupados em avaliar a produção cotidiana de discursos sobre questões que dizem não só da política institucional, mas também de questões ligadas à produção de identidades, ao questionamento de estereótipos, à luta contra discursos desvalorizantes, etc. (Jacks, 1999; Barker, 2003; Ronsini, 2004; Feltran, 2005, 2006; Lucas e Ferrari, 2004; Marques e Rocha, 2006).

Entre os estudos acima referidos, são poucos os que utilizam o método dos grupos de discussão³, mais conhecidos como grupos focais (*focus groups*) para explorar

³ Para ver autores que utilizam o termo “grupos de discussão”, consultar: KITZINGER, 1994; LETELIER, 1996; BERTRAND, BROWN e WARD, 1992; WARD, BERTRAND, BROWN, 1991; MORGAN, 1996;

qualitativamente não só as opiniões e a formação de sentidos e quadros de entendimento surgidos e acionados no contexto do grupo (ver: Porto, 2001,2003; Barker, 2003; Silva, 1985; Ferraz, 2005; Veiga e Gondim, 2001; Gamson, 1992, Ribeiro, 2005; Lucas e Ferrari, 2004), mas, sobretudo a dinâmica das interações, da troca de pontos de vista, a indagação recíproca, os riscos do debate, a explicitação de premissas, enfim, os momentos de politização⁴ de falas que antes se encontravam dispersas e fluidas (Marques e Rocha, 2006).

A nosso ver, o contexto dos grupos de discussão permite que os participantes articulem experiências e dramas privados a questões de natureza coletiva, ou seja, problemas relacionados a políticas sociais, a leis, aos direitos e à própria política institucional. Argumentamos que, nos contextos comunicativos dos grupos de discussão, muitos conflitos potenciais encontram-se dissolvidos no curso de uma conversação em que as frases e as idéias se sucedem sem serem postas em conexão. Entretanto, é possível identificar nos grupos, momentos propícios para a expressão das controvérsias e desentendimentos. Tais momentos de politização evidenciam como o processo informal de geração da opinião, ou seja, as conversações que se realizam nos contextos comunicativos mais prosaicos (Mansbridge, 1999), são capazes de gerar um poder comunicativo (Habermas, 1997) justamente porque os cidadãos passam não só a expressar publicamente suas opiniões sobre um dado tema político, mas passam também por situações em que devem defendê-las e revisá-las diante do questionamento alheio. Como mencionamos anteriormente, essa abordagem expressa uma concepção de política fundamentada nas formas plurais de comunicação que contribuem para a construção de preferências, para a reflexão sobre o bem comum e para a formação da opinião e da vontade, sem deixar em segundo plano a importância do Estado no processo de institucionalização dessa vontade.

Utilizando os grupos de discussão como método capaz de revelar como cidadãos comuns marginalizados, especificamente mulheres pobres, constroem discursos próprios acerca de questões políticas que afetam seu cotidiano, este trabalho visa investigar as formas de interação e de trocas comunicativas presentes em grupos de discussão realizados com beneficiárias⁵ Programa Bolsa-Família.⁶ A fim de captarmos e analisarmos os

VEIGA e GONDIM, 2001. Para autores que utilizam o termo “grupos de conversação”, ver: SMITHSON, 2000; WARR, 2005.

⁴ Sophie Duchesne e Florence Haeger consideram raros os momentos de politização em grupos de discussão. Segundo elas, esses momentos surgem quando “os interlocutores reconhecem a existência de pontos de vista divergentes acerca de uma questão de interesse coletivo” (2004, p.883). Tal politização implicaria tanto lógicas de especialização (conhecimento específico sobre o tema em questão: partidos políticos, atores políticos, representações, discursos especializados, etc.), quanto de conflitualização (acentuar a expressão pública e o contato entre posições antagônicas).

⁵ Utilizamos o termo no feminino, uma vez que além de o cartão do bolsa-família ser feito em nome das mulheres (mães, avós, etc.), são elas que administram a renda do programa e se encarregam de cumprir as contrapartidas (manter os filhos nas escola, leva-los ao posto de saúde, fazer o acompanhamento pré-natal, etc.). Nas palavras de Lula: “Não que as mulheres sejam melhores do que os homens, eu acho que elas têm mais responsabilidade no trato da família” (SCOLESE, Eduardo; LEITE, Pedro Dias. “Vale a pena governar país, diz presidente”, in: *Folha de S. Paulo*, Brasil, A12, 21/10/05). Apesar disso, mencionaremos mais adiante que apenas um grupo focal por nós realizado contou com a presença de um homem.

⁶ Criado em outubro de 2003, o Bolsa-Família representa hoje o principal sustentáculo do já quase inexistente Programa Fome Zero, destinando uma soma que varia entre R\$15,00 e R\$45,00 para famílias com renda *per capita* de até R\$120,00. Para famílias em situação de extrema pobreza (renda *per capita* de até R\$60,00), o benefício varia de R\$50,00 a R\$95,00. A quantia do benefício depende do número de crianças em idade escolar (de 0 a 16 anos), gestantes e mulheres em fase de amamentação presentes em cada família. Diferentemente dos programas sociais dos governos anteriores, o Bolsa-Família coloca em primeiro plano a

momentos de politização entre os participantes dos grupos, ou seja, os momentos em que a conversação sobre temas rotineiros e dramas pessoais, dá lugar a momentos em que posições são delineadas e conflitos assumidos ou silenciados, realizamos oito grupos de discussão em duas cidades da região sudeste: quatro em Belo Horizonte (MG) e quatro em Campinas (SP).⁷

Nosso interesse está menos na realização de uma análise do referido programa do que no entendimento coletivo e na dinâmica da troca discursiva que as beneficiárias, reunidas em grupos de discussão, podem construir acerca de uma política social de interesse coletivo. Portanto, nosso intuito fundamental é o de evidenciar algumas seqüências dialógicas em que os participantes, em sua maioria mulheres⁸ com idades que variam entre 27 e 60 anos se vêem, por exemplo, diante da necessidade de assumirem posições (conflitantes ou complementares); de assumir o risco de expressar uma opinião dissonante; de explicitar as premissas que sustentam seus pontos de vista; de conservar seus pontos de vista privadamente ou de exprimi-los publicamente mobilizando, para isso, um grande esforço de explicitação e justificação de suas premissas.

Este artigo encontra-se estruturado em três partes: na primeira parte, buscamos recuperar trabalhos de diferentes autores e áreas de conhecimento acerca da produção de sentido sobre a política feita por cidadãos comuns. Procuramos também, evidenciar o motivo de escolhermos, entre esses cidadãos comuns, aqueles que são marginalizados e, portanto, politicamente empobrecidos. Tais pretensões são guiadas por um entendimento de política intimamente ligado às práticas cotidianas desses cidadãos. Na segunda parte, explicitamos a metodologia utilizada em nossa pesquisa e a organização dos grupos de discussão. Por fim, na terceira parte, apresentamos fragmentos das conversações e discussões obtidas nos grupos de modo a analisar os momentos de politização construídos pelos participantes.

O entendimento da política a partir das margens

Antes de apresentarmos a dinâmica discursiva cotidiana dos cidadãos marginalizados como nosso principal objeto de análise, torna-se relevante elaborarmos um breve panorama dos trabalhos que se dedicam à investigação dos modos como as pessoas comuns pensam e produzem discursos sobre a política. Segundo Alessandra Aldé,

a atenção que o homem comum presta ao mundo é dada de maneira rotineira, habitual. O universo da política está inserido nessa perspectiva cotidiana; apreender

independência e a autonomia das beneficiárias. Além da transferência de Renda, o Bolsa-Família insere-se no contexto mais amplo do que pretendia o Fome Zero: oferecer cursos profissionalizantes, de alfabetização, manter as crianças na escola, freqüentar os postos de saúde, incentivar a agricultura familiar, etc.

⁷ Essas cidades apresentavam-se, no momento da realização da pesquisa de campo, em estágios diferenciados de implantação do programa. Na capital mineira, tida como referência do Programa, quase todas as famílias em situação de vulnerabilidade social já foram atendidas pelo programa. O atendimento é descentralizado, ficando a cargo das nove administrações regionais da cidade. Por outro lado, a cidade de Campinas conta ainda com um grau incipiente de atendimento, o qual não foi totalmente descentralizado implicando, além da precariedade dos dados cadastrais, em uma sobrecarga de trabalho para os Distritos de Assistência Social.

⁸ Torna-se relevante observar que as mulheres, os idosos e os pobres são freqüentemente apontados como indivíduos que apresentam grandes dificuldades de se expressarem em público (Conover et al., 2002, West, 1995; Kingfisher, 1996).

as rotinas e hábitos dos indivíduos, bem como a versão que oferecem para eventos públicos e políticos é tarefa política central (2001, p.22)

Sob essa perspectiva, um primeiro conjunto de trabalhos interessados em coletar a opinião das pessoas sobre o ambiente político concebido tanto em sua dimensão formal quanto informal (Bourdieu, 1993; Aldé, 2001; Lazarus, 2001; Tatagiba, 2006; Feltran, 2005, 2006; Lucas e Ferrari, 2004) pode ser identificado nas áreas de Ciência Política e Antropologia Social. Entretanto, podemos encontrar trabalhos dessas áreas que se preocupam em revelar a importância das mensagens midiáticas para a produção de sentidos e atitudes políticas (ver especialmente Aldé, 2001). O método de coleta de dados usualmente empregado por essas pesquisas é a entrevista em profundidade. Algumas pesquisas da área de Ciência Política voltam-se também para o método etnográfico, procurando pensar a política a partir das histórias de vida (ou narrativas biográficas) de pessoas marginalizadas (ver especialmente Feltran, 2005, 2006).

Um segundo conjunto de trabalhos, talvez o mais conhecido deles, se dedica a explorar o efeito persuasivo do marketing político na formação das atitudes e preferências dos eleitores (Figueiredo, 1995, 2000; Veiga e Gondim, 2001; Magalhães e Veiga, 2000). As pesquisas sobre a opinião pública, comumente exploradas em trabalhos desenvolvidos na área da Ciência Política, centram seu foco sobre o processo eleitoral, o cenário de representação política, a “política de imagem” (Gomes, 2004), entre outros. Os métodos frequentemente utilizados são os *surveys*, as entrevistas em profundidade e os grupos de discussão. É preciso registrar aqui o fato de que, com relação à utilização de grupos de discussão, as análises realizadas por esses estudos focalizam-se no registro de expressões específicas ou padrões de respostas, ao invés de elaborar uma análise das dinâmicas interativas, dos constrangimentos contextuais, e dos diferentes discursos acionados pelos participantes para a construção do próprio posicionamento (ver essa crítica também em Meyers, 1998; Morgan, 1997; Kitzinger, 1994).

Um terceiro conjunto de pesquisas apresenta como prioridade a construção de estudos de recepção que visem explorar o conteúdo das mensagens midiáticas (geralmente extraídas de telejornais e da mídia impressa em geral) e sua influência na interpretação do mundo da política institucional e de questões de relevância política para os contextos cotidianos da experiência. Esses trabalhos, desenvolvidos na área da Comunicação Social (Silva, 1985; Reis, 1999; Jacks, 1999; Porto, 2001; Ronsini, 2004; Ferraz, 2005; Ribeiro, 2005; Marques e Rocha, 2006) e, mais esporadicamente na área de Ciência Política (Gamson, 1992; Neuman, Just e Crigler, 1992), frequentemente optam pelos métodos de grupos de discussão, entrevistas individuais e observação participante. As pesquisas de recepção que optam pelas entrevistas em profundidade e/ou pelos grupos de discussão trazem para as pessoas trechos de mensagens da mídia impressa ou televisiva de modo a despertar o interesse e a implicação em debates sobre temas sugeridos. De modo geral, os pesquisadores apresentam análises dos dados obtidos de modo a evidenciar como os indivíduos produzem seus próprios discursos e sentidos e de onde provém os recursos discursivos que utilizam. No que diz respeito à utilização de grupos de discussão, acreditamos ser uma boa proposta de investigação empírica a divisão da discussão em duas etapas. Em um primeiro momento, os participantes seriam convidados a falar sobre os tópicos de interesse do pesquisador e só então, em um segundo momento, textos da mídia impressa seriam acionados e incorporados aos pontos de vista dos participantes. Nesse caso, o funcionamento do grupo de discussão ou entrevista flui de modo a perceber quais

discursos são mobilizados pelos participantes e entrevistados para comporem suas respostas e pontos de vista.

Podemos apontar ainda um quarto conjunto de pesquisas que, dentro da área de Comunicação Social, se dedicam a perceber como a ficção seriada televisiva influi no modo como as pessoas percebem a política. De maneira geral, esses estudos adotam uma concepção institucional de política (Sluyter-Beltrão, 1993; Guazina, 1997; La Pastina, 1999; Porto, 2001, 2003), muito embora, alguns se dediquem a explorar aspectos mais informais e cotidianos do universo da política, como práticas ligadas às identidades, luta contra injustiças simbólicas e questionamento de representações (Rocha, 2006; Barker, 2003).

Esses quatro grandes conjuntos de pesquisas se revelam interessados em investigar, em seu conjunto, os modos como cidadãos comuns elaboram discursos a partir de insumos simbólicos provenientes da mídia; das conversações cotidianas entre amigos, vizinhos e parentes; do conhecimento compartilhado do senso comum; da sabedoria popular e das interações sociais cotidianas em espaços os mais diversos. Gostaríamos de deixar claro que não temos como preocupação mostrar como se desenha a política a partir da perspectiva das pessoas, ou mais especificamente, como as beneficiárias do bolsa-família produzem sentido acerca do programa. Interessa-nos captar e analisar a dinâmica discursiva dos grupos de modo a explorar os momentos de politização das falas e discursos das participantes.

Como acentua Habermas (1997, p.82), a população oriunda da “periferia” da sociedade, profundamente marcada pela desvalorização moral e pela distribuição desigual de recursos materiais, também possui um poder comunicativo. Tal poder é originado e ganha substância através da troca recíproca, relacional e pública de pontos de vista acerca de questões coletivas. Agir comunicativamente significa também ajudar a construir, reconstruir e mesmo questionar uma dada situação ou contexto através de interpretações negociadas cooperativamente (cf.1997, p.92). Sob essa perspectiva, concebemos a política como resultado dessas negociações e interpretações produzidas discursiva e relacionalmente e voltadas para que os parceiros dialógicos construam seus pontos de vista e sejam capazes de explicá-los e defendê-los diante de indagações alheias (Habermas, 1997; Bohman, 1997). É principalmente o conflito e as estratégias de sua explicitação, que marcam a construção e o entendimento da política a partir das margens.

Partirmos do pressuposto de que o público composto pelas beneficiárias de políticas sociais como o bolsa-família faz parte de uma esfera constituída nas margens invisíveis do sistema político.⁹ Instiga-nos explorar como esse “contra-público subalterno”,¹⁰ destituído de recursos materiais e políticos elaboram seus próprios discursos de modo a tecer, no contexto dos grupos de discussão, relações entre os discursos provenientes da esfera de

⁹ Para Habermas, o sistema político seria composto pelo poder administrativo e pelo comunicativo, articulados através de “uma política deliberativa que se caracteriza pelo debate público, controlado pela opinião pública, entre especialistas e contra-especialistas”(1997, p.84).

¹⁰ Esse termo é utilizado por Nancy Fraser (1992) ao propor um modelo que substitui a esfera pública burguesa unitária por uma rede heterogênea e dispersa de muitos públicos. Tal rede dispersa e ramificada de públicos pode acomodar os desejos das mulheres e de outros grupos excluídos originados em seus próprios espaços, e elaborados em seus próprios termos. Para esses “contra-públicos subalternos” os limites entre o público e o privado, por exemplo, podem ser renegociados, repensados, desafiados e reformulados.

discussão política principal (*mainstream political discussion*) e os discursos em que elas se implicam nos espaços rotineiros e invisíveis de suas relações cotidianas¹¹.

Na próxima seção, buscamos caracterizar o grupo de discussão enquanto um contexto controlado de interação, que permite um trabalho de investigação capaz de evidenciar diferentes modos de implicação dos participantes em discussões políticas, ou seja, permite mapear como os participantes se expressam e se posicionam reciprocamente.

A dinâmica comunicativa no contexto de grupos de discussão

A utilização da técnica dos grupos focais na área da Comunicação Social teve sua origem associada às pesquisas desenvolvidas por Paul Lazarsfeld e Robert Merton em 1941. Ambos desenvolveram nesta época uma pesquisa que testava a resposta da audiência a determinados programas radiofônicos. Os participantes dos grupos eram convidados a apertar um botão vermelho em suas cadeiras quando qualquer coisa que ouvissem evocasse uma resposta negativa (irritação, raiva, tédio, etc.) e apertar um botão verde para uma resposta positiva. Em seguida, um assistente da pesquisa questionava o grupo sobre suas razões para as respostas dadas (Merton, 1987; Lunt e Livingstone, 1996). Robert Merton qualificava essa técnica de “entrevistas focadas em grupo”, nas quais o objetivo era investigar “o processo mecânico de estímulo ou difusão da mensagem como ponto principal do exame qualitativo e detalhado da resposta da audiência com um modo de elaborar processos de efeitos da mídia” (cf. 1987, p.563). O interesse das pesquisas empreendidas por Merton, Lazarsfeld e Carl Hovland (que projetou e controlou experimentos sobre as respostas dos soldados aos filmes de treinamento) era investigar o comportamento coletivo e os contextos sociais de persuasão de massa (Cf. Lunt e Livingstone, 1996, p.84).

Nos anos 80, a pesquisa desenvolvida por David Morley¹² utiliza a técnica dos grupos focais desloca o foco do estudo dos efeitos para o modo ativo como as audiências contribuem para a negociação e construção de sentidos. Deixa-se, então de conceber os grupos focais como um agregado de opiniões atomizadas e passa-se a fomentar um interesse específico pela produção de sentidos permitida pelas diferentes formas de interação adotadas pelos participantes.

¹¹ A escolha de privilegiar os discursos elaborados pelos públicos marginalizados encontra-se afinada com aquelas que vêm sendo feitas no âmbito do Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública (PPGCom/UFGM). Esse Grupo tem procurado evidenciar que em contexto de forte desigualdade social, marcado pela violência física e simbólica, miséria, preconceito, como é o brasileiro, a luta é também por rupturas simbólicas por parte de grupos historicamente marginalizados e excluídos. Cabe, então, ressaltar a relevância de se entender a voz dos subalternos quando questionam o próprio entendimento sobre as representações que os *media* constroem acerca deles; quando empreendem lutas por reconhecimento e como percebem o lugar que ocupam no processo político.

¹² Morley desenvolveu três grandes estudos sobre o programa da TV britânica *Nationwide*: a) *Everyday Television: Nationwide*, no qual empreendeu uma análise semiótica do programa; b) *Nationwide Audience*, no qual foram analisadas as condições de consumo dos textos e como grupos sociais distintos promovem leituras diversas dos programas - foram usados 27 grupos homogêneos entre 3 e 13 participantes em um design comparativo que cobriu a variação de classe social, nível de educação e filiação política (Lunt; Livingstone, 1996, p.84); c) *Family television*, de cunho etnográfico buscava registrar como as pessoas vêem tv em casa (o uso familiar da TV). Essas pesquisas revelaram como audiências com diferentes backgrounds sócio-econômicos produziam diferentes leituras de programas atuais.

Devido a essa origem da técnica, associada também a pesquisas de marketing, alguns autores apresentam uma certa resistência em empregar o termo “grupo focal” para caracterizar o método empregado em suas investigações. Percebemos na literatura corrente que quando o pesquisador deseja enfatizar a dinâmica das interações comunicativas construídas nos grupos a tendência é utilizarem os termos “grupos de discussão” (Kitzinger, 1994; Letelier, 1996; Bertrand et al, 1992; Ward et al, 1991) ou “grupos de conversação” (Smithson, 2000;Warr, 2005).

Na verdade, a escolha dos termos que definem o método empregado tem forte influência sobre o modo como interpretamos os dados resultantes da pesquisa de campo. Assim, como buscamos investigar “as interações comunicativas entre os participantes e os modos através dos quais o sentido é coletivamente criado, contestado e retrabalhado no grupo”(War, 2005, p.203), optamos por utilizar a noção de “grupos de discussão”, entendendo-os como contextos discursivos controlados de conversações e discussões capazes de abrigar e estimular trocas comunicativas que guardem semelhanças com as conversações cotidianas e discussões acerca de temas sociais e políticos, as quais envolvem momentos de troca argumentativa e indagação mútua.¹³

Nesse sentido, a realização de grupos de discussão nos permite observar o modo como os participantes fazem perguntas uns aos outros e explicam suas posições de forma recíproca (Morgan, 1996; Carey, 1994; Kitzinger, 1994; Bryman, 2001). Segundo Jenny Kitzinger, os grupos de discussão oferecem a oportunidade de criação de contextos interativos que podem ser entendidos como um fórum através do qual idéias podem ser esclarecidas estimulando as pessoas a “se engajarem umas com as outras, a formularem verbalmente suas idéias e exporem as estruturas cognitivas que estavam previamente desarticuladas”(1994, p.106). Em um grupo de discussão, as pessoas são constrangidas a explicar as razões por trás de seu pensamento. Assim, o método visa examinar “como o conhecimento e, mais importante, as idéias se desenvolvem e operam em um dado contexto cultural” (Kitzinger, 1994, p.116).

Se, por um lado, nosso propósito é o de evidenciar a importância da conversação cotidiana (quando engendra uma discussão política) para o processo de formação política e maior entendimento dos atores, por outro, é preciso esclarecer o quão difícil é a captação desses momentos. Justamente por se realizarem em situações informais, em encontros fortuitos, efêmeros, não é tarefa simples para o pesquisador registrar o conteúdo de tais trocas comunicativas. Contudo, quando há oportunidade nas quais tais conversações possam ser captadas, registradas e analisadas com amparo conceitual e rigor metodológico, acreditamos ser de grande valia o que se retém desses momentos discursivos, ou seja, a descoberta do modo como as pessoas constroem suas opiniões e visões de mundo, como elas contam umas com as outras nesse processo e como isso contribui para fortalecer aquilo que entendemos como exercício cotidiano da política.

¹³ Lunt e Livingstone (1996) apontam que o grupo focal é capaz de constituir-se em um contexto propício à reprodução ou recriação da conversação cotidiana das pessoas. Contudo, devemos sempre ter em mente que um grupo de discussão é um contexto de interação comunicativa artificialmente construído. Portanto, não podemos criar a expectativa de que os participantes do grupo se comportem da mesma forma que em seus ambientes relacionais rotineiros, uma vez que existem inúmeras variáveis que podem criar constrangimentos aos participantes do grupo, sobretudo as relações de poder que se estabelecem entre moderador/participantes e entre os próprios participantes. Cabe ao moderador propor os temas do debate, mas com a consciência de que são os participantes que o conduzem, posicionando-se em relação aos tópicos propostos pelo pesquisador.

Considerando a abordagem acima explicitada, organizamos 8 grupos de discussão com as beneficiárias do Bolsa-Família, quatro em Belo Horizonte e quatro em Campinas¹⁴. A cidade de Belo Horizonte, além de contar com um alto grau de organização dos dados cadastrais e conhecimento das beneficiárias, é apontada como a capital que possui a maior cobertura do programa, com 87% de famílias carentes atendidas.¹⁵ Por outro lado, a cidade de Campinas passava, na fase de realização da pesquisa de campo (entre outubro de 2005 e agosto de 2006), pela etapa de implantação do Programa, sendo muito difícil o acesso aos dados sobre as famílias beneficiadas. Se em Belo Horizonte as ações vinculadas ao programa já se encontram descentralizadas e sob a responsabilidade das nove Administrações Regionais da cidade, em Campinas todo o processo ainda é monitorado pela Secretaria de Assistência Social.¹⁶ Essa disparidade nos motivou a detectar nas duas cidades a relação que as beneficiárias mantinham com o programa.

Em Belo Horizonte, selecionamos beneficiárias que moram em bairros localizados sob a administração das regionais Norte, Leste, Pampulha e Venda Nova.¹⁷ Após um contato inicial com os coordenadores do Bolsa-Família em cada uma dessas Regionais, contamos com o auxílio dos Núcleos de Apoio à Família (NAFs) para selecionar as beneficiárias. Em Campinas, das cinco regiões que compõem a cidade (Norte, Sul, Noroeste, Sudoeste e Leste), realizamos grupos focais com beneficiárias que habitam em bairros pertencentes às regiões Sul, Sudoeste, Norte e Leste.¹⁸ As beneficiárias foram selecionadas com o auxílio dos CRAS correspondentes a cada região. Os grupos foram compostos por 3 a 8 mulheres cadastradas no programa Bolsa-Família, independentemente de critérios como valor do benefício recebido, idade, raça e classe social. Foram escolhidas as mulheres, porque o programa as concebe como as reais “administradoras do lar”, sendo que o cartão do programa é feito em nome da mulher.¹⁹ O contato com as beneficiárias foi feito por telefone, obtido previamente junto às regionais e NAFs (BH) e aos CRAS (Campinas). O modo escolhido para o registro das falas durante a realização dos grupos foi a gravação em fitas cassete.

É preciso ainda destacar a composição diferenciada dos oito grupos de discussão. Optamos por realizar, em cada cidade, grupos com mulheres que participam ativamente dos cursos e oficinas oferecidos pelos NAFs e pelos CRAS, e grupos compostos de mulheres

¹⁴ Os grupos realizados representam parte do *corpus* da tese de doutoramento que está sendo desenvolvida por Ângela Marques, sob orientação da Profa. Dra. Rousiley Celi Moreira Maia, junto ao PPPGCom/UFMG.

¹⁵ Dado obtido no site da Prefeitura de Belo Horizonte <www.pbh.gov.br>.

¹⁶ Informação fornecida pela Coordenadora de Gestão e Integração das Informações Sociais da Secretaria de Assistência Social de Campinas, Gisleide Abreu, em 31/01/06. Segundo ela, o início da descentralização do programa estava previsto para março de 2006. A partir desse mês, os CRAS passariam a ser responsáveis pelas ações ligadas ao programa.

¹⁷ O contato com as beneficiárias não teria sido possível sem o auxílio de Márcia Teixeira (Gerente Geral do Bolsa-Família em BH), Mônica Figueiredo (Gerente de Transferência de Renda e Geração de Trabalho – Pampulha), Ramon (Coordenador do NAF – Pampulha), Mara Rúbia (Coordenadora do NAF Leste), Soraia de Souza (Coordenadora do NAF Norte), Graça (Coordenadora do EJA – Colégio Santa Dorotéia).

¹⁸ Agradeço o auxílio inestimável de Gisleide Abreu e Elton Pappa (Bolsa-Família de Campinas), Maria José Toffoli (Coordenadora do CRAS Norte), Letícia Lofiego Chrispi (Coordenadora do Centro Social Padre Ancheita/CRAS Norte), Margô Silva, Márcia Pantaleão e Angélica Bossolani (CRAS Sul), Gilberto Ribeiro e Maria Lúcia Teixeira (CRAS Leste), Maria de Fátima Costa (Coordenadora do CRAS Sudoeste) e Mônica Secco (CRAS Sudoeste – Bairro Vida Nova).

¹⁹ É preciso destacar que, entre todos os grupos realizados, só ocorreu uma exceção: no grupo realizado no CRAS Norte (Bairro Vila Padre Anchieta) apareceu um casal que afirmava que o marido era quem tomava a frente nas questões relativas ao benefício.

que não se vincularam a nenhuma das atividades disponibilizadas por essas instituições. Em Belo Horizonte, o grupo realizado com beneficiárias da Região Norte (Bairro Conjunto Felicidade) era composto por mulheres que não participavam de associações de bairro, movimentos sociais ou instituições cívicas. O grupo realizado com beneficiárias da região da Pampulha contou com a participação de três mulheres que trabalham na COMARP (Comunidade Associada para Reciclagem de Materiais da Região da Pampulha) – essa associação funciona dentro do NAF/Pampulha. O grupo realizado com as mulheres do NAF Leste (Bairro Alto Vera Cruz) foi composto em sua maior parte, por mulheres que freqüentam a “Oficina de Mulheres” (trabalhos artesanais). Finalmente, o grupo que reuniu as beneficiárias da Região de Venda Nova, contou com a participação das alunas do “Educação para Jovens e Adultos” (EJA), mantido pelo Colégio Santa Dorotéia.

Em Campinas, o grupo realizado com as beneficiárias das Regiões Sudoeste (Bairro Vida Nova), Norte (Bairro Vila Padre Anchieta) e Sul (Bairro Campo Belo) foram compostos por mulheres “não-engajadas”,²⁰ enquanto que os grupos realizados com o apoio do CRAS Leste (Bairro Nilópolis) e do CRAS Norte, contaram com mulheres que freqüentam, respectivamente, as oficinas e cursos de artesanato propostos pelo Recanto da Alegria (Casa da Família), e os cursos profissionalizantes oferecidos pelo Espaço Esperança (criado em 1995 pelo Programa Comunidade Solidária). Acreditávamos que essa diferenciação entre os grupos poderia revelar que a busca pelo caminho da profissionalização e da associação em cooperativas reflete a procura das beneficiárias por caminhos alternativos de enfrentamento da pobreza.

O roteiro para a discussão nos grupos de discussão foi organizado em duas partes²¹: a) na primeira parte, as beneficiárias respondiam a questões referentes à sua própria experiência com o programa²²; b) na segunda parte, foram disponibilizados “textos” da mídia impressa e televisiva referentes ao programa bolsa-família de modo que elas manifestassem suas opiniões e interpretações acerca do que foi visto e lido.²³

Com relação à apresentação e ao tratamento dos dados por nós obtidos, optamos por tomar as seguintes medidas: i) o nome dos participantes foi substituído por sua letra inicial;

²⁰ É importante ressaltar que, mesmo assim, os grupos revelaram certa heterogeneidade com relação à participação política. Alguns participantes de grupos realizados com pessoas que não participavam de cursos ou oficinas, revelaram ser membros ativos de Conselhos Comunitários, reuniões do Orçamento Participativo, Associações de Bairro, Associações Religiosas, entre outros.

²¹ Cabe ressaltar que coube à Ângela Marques o papel de moderadora dos grupos de discussão. Para os grupos realizados na cidade de Belo Horizonte, o papel de observador foi desempenhado por Augusto Veloso Leão, aluno de Iniciação Científica do curso de Comunicação Social da UFMG e membro do Grupo de Pesquisa sobre Mídia e Esfera Pública (EME) da UFMG. À ele, meus sinceros agradecimentos pelo apoio logístico inestimável e pela árdua tarefa de anotar e observar o comportamento dos grupos.

²² As questões referentes à primeira parte da dinâmica eram semi-estruturadas e foram agrupadas em torno de três tópicos nucleadores: a) *o entendimento que as beneficiárias têm do programa*: o objetivo desse tópico era investigar como elas definiam o programa; b) *as alternativas disponíveis para escapar da pobreza*: esse tópico visava explorar as escolhas por elas elencadas para superar os obstáculos que impedem a construção da autonomia. (Pretendíamos investigar o valor que elas conferem ao trabalho, à educação, à participação em projetos coletivos, etc., e c) *a luta por direitos, reconhecimento e cidadania*: a finalidade das perguntas elaboradas nesse tópico era a de analisar como essas noções apareciam no discurso das beneficiárias. O que vem a ser um direito para elas? Elas associam os direitos à sua independência e à sua valorização pelos outros?

²³ Dada a duração de cada grupo de discussão (entre 1h e 2h30min), as matérias da mídia impressa foram reduzidas a pequenos trechos, os quais enfatizavam as falas de atores políticos, cívicos e midiáticos.

ii) ao final de cada discussão aqui transcrita indicamos a região, a data em que o grupo foi realizado e a respectiva cidade dos participantes.

A discussão que segue tem como objetivo revelar como mulheres pobres e beneficiárias de um programa de transferência de renda específico - condição que leva a um status de desvalorização social (Paugam, 1993; Telles, 1999) – constroem, quando reunidas em grupos de discussão, modos de interação em que posições são tomadas, os riscos do debate são assumidos ou não; premissas de fundo são melhor explicitadas, e contra-narrativas são elaboradas de modo a desafiar preconceitos e formas discursivas que possuem um maior grau de publicidade e visibilidade social.

A construção coletiva do sentido acerca de questões políticas

Acreditamos que o contexto interativo dos grupos de discussão permite que ocorram tanto conversações mais fluidas sobre assuntos variados (inclusive políticos) quanto discussões voltadas para um melhor entendimento e/ou busca de soluções para questões problemáticas.²⁴ A distinção entre essas duas formas de interação depende de dois esclarecimentos essenciais: a) primeiro, o pesquisador deve definir a natureza da questão a ser tematizada no grupo. No nosso caso, consideramos o tema do Bolsa-Família como questão política de interesse público; b) segundo, o pesquisador precisa definir os tipos de interação que se processam nos grupos por ele realizados. Geralmente, podemos identificar nos grupos de discussão os seguintes tipos de interações: a) complementares (voltadas para o acionamento de elementos do mundo social e da experiência subjetiva capazes de gerar um quadro comum de entendimento entre os participantes), b) argumentativas (diferenças de opinião permitem que os participantes revisem seus pontos de vista, refletindo sobre as razões que sustentam) (Ver Bryman, 2001; Kitzinger, 1994); c) contra-discursivas (articulação de experiências e pontos de vista de modo a desafiar clichês, estereótipos opressores e construções culturais dominantes). E, dentro dessas formas interativas, encontramos formas de comunicação como piadas, brincadeiras, contação de casos, gestos que influenciam na maneira como os participantes estabelecem vínculos uns com os outros e com o moderador.

A nosso ver, os contextos de trocas comunicativas proporcionadas pelos grupos de discussão, dão a ver um fluxo desconexo entre experiências pessoais, temas políticos, códigos discursivos acessíveis somente à elas mesmas, etc. A conexão entre essas diferentes referências discursivas, ocorre quando a maior parte do grupo assume uma posição diante de um tópico de discussão. Como revela o trecho transcrito abaixo, o *subplot* de uma novela, a conversa com uma vizinha ou amiga, a opinião sobre as ações de determinados políticos²⁵ são acionados e articulados em um debate no qual os participantes buscam explicitar suas razões diante dos outros:

²⁴ Segundo Deborah Warr, “a natureza da conversação gerada nos grupos focais é uma mistura de crenças pessoais e narrativas coletivas disponíveis e alimentadas pelas circunstâncias locais das vidas dos participantes” (2005, p.200).

²⁵ A capacidade de lidar com um conhecimento especializado que envolve os atores da competição partidária e eleitoral (um saber que engendra um sentimento de proximidade à esfera política formal) é descrita por Duchesne e Haeger como “competência política”. Alguns indicadores dessa competência são a referência nominal aos atores políticos institucionais e o domínio de códigos do jogo político (Cf. 2004, p.879).

K: Eu, em vista dos outros presidentes que teve aí, eu, por mais que tudo isso que houve: roubo daqui, roubo de lá... só que esse roubo não veio só do *Lula*. Veio já de antigo... Se nós estivéssemos com o *Geraldo Alckimin* hoje administrando, o nosso arroz ia tá, no mínimo, 18, 20 reais, porque quando o *Fernando Henrique* saiu, o arroz tava 12 reais, há 4 anos atrás. E hoje a gente compra arroz por 5 reais...

L: A única coisa que eu acho que ele deveria melhora era no emprego, gente, gerá mais empregos pras pessoas. (...) Esses dias eu tava *conversando com uma amiga* minha e é verdade, porque a gente é vitorioso. Pega um rico e coloca ele dentro da casa da gente com 300 reais pra ele se virá no mês... (...) A gente passa a pão e ovo e tudo, mas a gente consegue. Eles não conseguem.

K: Hoje tem *uma novela da Record* que ta mais ou menos nesse ritmo. O rapaz era burguesinho e o pai tirou tudo dele. Hoje ele ta vivendo na miséria, numa casa simples e com um dinheiro misgalho... (...)

I: o pobre se conforma...

L: *Não é que a gente se conforma*, a gente faz um plano pra conseguir uma coisa melhor. [CRAS Norte, 12/04/06, Campinas]

Nossas análises revelam que a tematização de questões políticas nos grupos de discussão não deveria ser considerada como uma atividade de menor importância para o funcionamento e fortalecimento da política formal que opera no “centro” do poder administrativo.

Observamos que a dinâmica dos grupos de discussão realizados com as beneficiárias do Bolsa Família, revelou-se uma prática social arriscada. Primeiro por envolver “momentos sensíveis” de politização, ou seja, momentos em que “os interlocutores reconhecem, a propósito de uma questão de interesse coletivo, a existência de pontos de vista divergentes e aceitam o risco de entrar em desacordo explícito e assumido com seus interlocutores em nome de idéias, interesses ou valores.” (Duchesne e Haeger, 2004, p.883 e 884). E, segundo, por envolver “questões sensíveis”, isto é, questões que dizem respeito à identidade dos participantes dos grupos, uma vez que despertam experiências de opressão e remetem às posições que ocupam na sociedade (Duchesne e Haeger, 2004; Warren, 2006, Conover et al., 2002).

De modo a construir uma análise capaz de apreender a dinâmica das trocas comunicativas que se estabelecem no contexto dos grupos de discussão, e ancoradas na dimensão conceitual de política anteriormente explicitada, desenvolvemos as seguintes categorias analíticas: a) a produção de contra-narrativas que desafiem aquelas que possuem um maior grau de visibilidade; b) a explicitação de premissas e razões; c) o posicionamento dos participantes diante de questões sensíveis; d) assumir o risco de expressar uma opinião dissonante; e) evitar os riscos impostos pelo debate.

A escolha e utilização das categorias analíticas se dá em virtude dos objetivos de investigação propostos no trabalho de cada pesquisador. Na pesquisa em tela trata-se, entre outros, de saber sobre o entendimento da pobreza, o lugar das beneficiárias segundo elas mesmas dentro do quadro da política social do bolsa-família etc. E acreditamos que esse seja um modo muito útil no desvendamento e interpretação dos dados obtidos na realização de grupos de discussão, voltados para investigação da política no cotidiano. A construção de categorias, previamente estabelecidas, conduzem o pesquisador em sua análise segundo os propósitos de seu trabalho, sem, contudo, engessá-la. O interessante é que ao mesmo tempo em que elas guiam o trabalho, podem ou não ser contempladas nos momentos do diálogo entre os participantes.

A produção de contra-narrativas

É sabido que os “contra-públicos subalternos” se constituem como vozes minoritárias, invisíveis e algumas vezes opositoras. Tais públicos expressam-se fora do fluxo discursivo principal das esferas de visibilidade ampliada e dos espaços políticos formais. As esferas privadas de conversação e encontro geralmente fornecem o contexto em que esses públicos trocam impressões e produzem formas discursivas alternativas que desafiam os discursos públicos.²⁶ Os espaços cotidianos frequentados pelos contra-públicos são descritos por Nancy Fraser como “arenas discursivas paralelas onde os membros de grupos subordinados inventam e circulam contra-discursos” (1992, p.123). A idéia de que ao lado de um discurso há sempre um contra-discurso não é nova. Contudo, torna-se relevante pensarmos a respeito das contribuições que a formulação de contra-narrativas apresentam para a formulação de quadros de entendimento e de referência sobre o universo da política. Assim, fora do fluxo principal de discussão pública e coletiva, um público comum e invisível procura entender e produzir sentido acerca de diferentes discursos que lhes dizem respeito. Muitas vezes, as contra-narrativas não são elaboradas por esse público, mas já se encontram dispostas em âmbitos de maior visibilidade discursiva. Todavia, os contra-públicos reúnem fragmentos de discursos públicos e, quando preciso, fazem os entrecruzamentos que julgam necessários para a produção de um entendimento ampliado do contexto no qual se insere a questão discutida (West e Gastil, 2004). O trecho abaixo transcrito revela como as beneficiárias do Bolsa-Família reagem a diferentes discursos sobre temas pejorativos à elas relacionados:

L: eles [os políticos] têm mania de falá que o povo brasileiro é *acomodado*. Não é o povo brasileiro... os pobres, eles falam que são acomodados. Não é isso, mas é que eles tão cansados de tanta palhaçada, porque *lutam, lutam e não conseguem nada*. Sai um benefício, você corre atrás e passa a maior *humilhação* pra pegá...

K: É uma humilhação. Quando eu fui fazê o cadastro, cheguei lá 7 horas da manhã e só fui atendida às 3 da tarde. Quer dizer, é uma coisa assim, muito humilhante pra ganhá 15 reais.

L: se não precisasse ia passá por uma humilhação dessas?

K: sem contá a briga que teve na porta. As pessoas querendo cortá a fila (...) Aí sai aquela confusão, aí *sai na televisão como se as pessoas pobres fossem qualquer marginal*, como um lixo, como qualquer *Zé ninguém*...

E: Aí eles vai falá o quê? “Olha lá a *favelada* como é que tá lá”.

S: É... gosta de fazê barraco...

L: Na verdade, eles não falam assim, ‘*a periferia*’, eles falam ‘*a favela*’. Eles não têm nem a capacidade de tratar as pessoas com dignidade... [CRAS Norte, 12/04/06, Campinas]

Podemos perceber, então, que as beneficiárias identificam diferentes discursos, assim como seus principais porta-vozes, para questionar o fato de que os pobres seriam

²⁶ Segundo Habermas, “os núcleos privados do mundo da vida, caracterizados pela intimidade, portanto protegidos da publicidade, estruturam encontros entre parentes, amigos, conhecidos, etc., e entrelaçam as biografias das pessoas conhecidas. A esfera pública mantém uma relação complementar com essa esfera privada, a partir da qual é recrutado o público titular da esfera pública” (1997, p.43).

acomodados e favelados. Em um primeiro momento, os atores políticos são atrelados ao discurso da “acomodação”. É importante notar que a maior crítica que esses atores fazem ao programa bolsa-família é que ele, ao dar dinheiro para a população pobre, desestimularia a busca pelo emprego. Em um segundo momento, o grupo identifica o discurso da “humilhação”, produzido por elas mesmas de modo a enfrentar o estigma da “acomodação”. Na verdade, elas expressam que são ativas, que “lutam” para adquirir as coisas e que, ainda por cima, são humilhadas. Todavia, ao invés de desafiarem o lugar de “vítima”, elas questionam o discurso da acomodação reproduzindo o discurso vitimizador da humilhação. Há, portanto, uma relação tênue e ambígua entre a aquiescência e o dissenso, ou seja, a fala delas exprime, ao mesmo tempo, formas de acomodação e de resistência. O terceiro discurso por elas acionado é o discurso da mídia, recheado de estereótipos pejorativos como “favelado” e “marginal” e produzido por agentes que os enquadram como “lixo”. O grupo tenta estabelecer a diferença entre o que entendem por “periferia” (para elas, um termo positivo) e “favela” (termo ligado à criminalidade), ao mesmo tempo em que acusam os porta-vozes desses discursos – que podem ser tanto os atores midiáticos quanto a sociedade em geral – de não considerá-las dignamente.

Como ressaltam Mansbridge (1999) e Kingfisher (1996), as conversações cotidianas que se processam às margens do fluxo principal de debate acerca de um tema político geram pontos de vista transformativos ao rejeitarem categorias impostas. Essa forma de resistência tem a capacidade de gerar impulsos politizados de luta contra a desvalorização. Nesse sentido, esse exercício de contrapor discursos de ampla visibilidade a pontos de vista e experiências mais invisíveis revela-se extremamente útil ao processo de desenvolvimento de capacidades argumentativas, de justificação de pontos de vista e de contestação de formas de opressão simbólica.

Revelar premissas de fundo

Em momentos de discordância entre os participantes dos grupos de discussão, é necessário que os pressupostos que formam a base das razões acionadas sejam explicitados. Frequentemente, é nesses momentos que os próprios participantes indagam-se e desafiam-se mutuamente, assumem o controle da discussão e elegem as questões que percebem como relevantes (Smithson, 2000). O engajamento coletivo no diálogo significa pensar e refletir sobre eventos cotidianos que se desenrolam em contextos de tradições sociais e morais. Assim, quando indagadas sobre a existência de possibilidades de saírem da pobreza, as participantes de um grupo de discussão elegem a oposição “trabalho X namoro” para explicitarem suas posições:

A: prá sair da pobreza eu tenho experiência pela minha família. Sabe como faz? Estuda muito e fazê curso. Consegue sair da pobreza, sim. (...) E depois, namora também... Minha família falava: “não arruma qualquer namorado, não. Primeiro cê estuda, cê trabalha, cê faz curso, cê faz tudo.”

G: olha só procê vê, igual ocê falou, é oportunidade. Se minha mãe tivesse condição de pagá um curso pra mim, eu acredito que até meus irmãos, eles iam pagá, porque sabem da minha capacidade de chegar lá.

(...)

A: Sabe porque? A gente não tem essa oportunidade, então depois começa a pensar em namorado. É isso que acontece.

[falam todas juntas, algumas discordam]

AP: Não! Não e não.

A: começa a pensar em namorado, depois que tem filho, aí pronto, acabou! Acaba com a tranqüilidade da gente. (...) Tem muita gente que sai da favela. Mas por que eles sai da favela? Porque eles só pensam no estudo e no trabalho. Porque eu acho que depois que a gente só pensa em namorar, a gente só quer namorar...

(...)

G: Eu acho que, tipo assim, se você tem uma meta na sua vida, (...) não é um namorado que vai te atrapalhar, até porque se ele não for compreensivo...

R: chute na bunda dele...

G: A minha meta é estudar e trabalhar? Concordo. (...) Muitos namorados que eu conheço ajuda a namorada a estudar. Não é só isso, estudar e trabalhar...A vida não é só isso.

A: mas porque nem todo mundo pensa igual. As pessoas às vezes pensam em namorar...[Regional Venda Nova, 31/10/05, BH]

O argumento de que “namorar atrapalha o projeto de sair da pobreza” foi questionado pela maioria das participantes, constringendo a participante A. a mobilizar as premissas que fundamentavam suas razões. Neste caso é possível evidenciar como os debates que ocorrem nos grupos de discussão ganham um grau de organização que as diferencia das conversações cotidianas dispersas e desordenadas. No grupo de discussão, o potencial de contradição, de desacordo e de conflito é não só revelado, como também explorado de forma reflexiva pelos participantes.

A evocação de exemplos e histórias pessoais, passadas ou de “destinos coletivos” é, segundo Duchesne e Haeger, “o procedimento que observamos com mais frequência no processo de implicação dos participantes na discussão, sendo que o acordo ou a contestação de sua dimensão exemplar constitui o essencial do trabalho de conflitualização” (2004, p.891). Para Robert Goodin (2006), as crenças e posições das pessoas são sustentadas por razões, sendo que é a ação de desvelar as razões e premissas por trás dos argumentos a principal contribuição das conversações e discussões para o processo político. Assim, a dinâmica de explicitação de premissas e razões não deve visar o reconhecimento de um certo participante como aquele que *tem razão*, mas como aquele capaz de *prover razões* capazes de sustentar seus argumentos diante das indagações colocadas pelos demais participantes.

Questões sensíveis

Pesquisas desenvolvidas por Conover et. al. (2002), Gamson (1992), Bennett et al. (2000), Wyatt et. al. (2000) revelam que as pessoas preferem se engajar em discussões privadas. Os motivos dessa escolha variam. Um primeiro motivo refere-se ao fato de que os espaços privados oferecem um acesso mais fácil às questões em debate. Aliado a isso, há uma pequena probabilidade de que desigualdades de recursos e de capacidades comunicativas básicas atrapalhem a participação das pessoas. Mas, como apontam Conover et al. (2002), o principal motivo é que as discussões privadas são percebidas como mais seguras do que as públicas, uma vez que “são mais resistentes aos aspectos perigosos da contestação. (...) Optar pela discussão privada significa proteger a privacidade de preferências e identidades” (2002, p.57).

A desvalorização de status aparece frequentemente como algo imposto por grupos ou pessoas com os quais as beneficiárias têm contato cotidianamente. No trecho seguinte, podemos observar como o fato de ter “pouco estudo” prejudica não só o auto-entendimento das participantes, como também se coloca como obstáculo para a obtenção da estima social (Honneth, 1995; Anderson e Honneth, 2005):

E: eu acho que se a gente arruma um serviço, tem como sair da pobreza. Mas é difícil, né, porque *a gente tem que cuidar dos filhos* e não tem com quem deixá eles...*O estudo também é pouco...*

T: é igual ela falou, a gente quer trabalhar, mas como? A gente tem que ficá em casa e *cuidá dos filhos* e muitas vezes, como ela, ela tá parada, eu também tô *desempregada...* quer dizer, você quer ter um emprego, você quer mudar de vida, você quer fazer alguma coisa, mas não surge a oportunidade...

E: É. E, às vezes, a gente pensa assim “será que eu vou conseguir?”, “*Será que eu sou capaz?*”?

R: eu mesma acho que não sou, porque *eu não sei ler*. Quando eu ia caçá emprego, eu chorava, porque eu gosto de trabalhar, mas porque eu não tenho leitura, ninguém me dava. *Eu me sinto assim, inútil*, sabe, de ficá em casa...[CRAS Sul, 13/07/06, Campinas]

É importante notar que a oposição “mãe x trabalhadora” gera um espaço discursivo através do qual elas podem desafiar discursos que as colocam como “acomodadas” e “preguiçosas”. Elas afirmam que querem trabalhar, mas não conseguem se desvencilhar das obrigações domésticas e nem da falta da capacitação para as atividades. Essa é uma questão sensível justamente porque a discussão sobre a possibilidade de escapar da pobreza através de um emprego expõe as deficiências e as identidades dessas “mães, pobres, desempregadas e sem estudo” ao escrutínio público. Isso torna a discussão um empreendimento perigoso e ameaçador. Muitas vezes, não é a ausência de reconhecimento que impede as pessoas de se implicarem em questões sensíveis, mas o próprio medo de serem associadas a uma posição de sujeito degradante.

A observação de como os participantes da discussão se comportam diante de questões que expõem suas identidades é de fundamental relevância para a compreensão de processos políticos que envolvem indivíduos e grupos profundamente marcados por opressões econômicas e simbólicas. Afinal, o modo como cada participante lida com o próprio entendimento ao apresentar-se diante do outro tem se constituído na principal marca das lutas dos movimentos sociais contemporâneos.

Assumir o risco do debate

Os grupos de discussão dão forma a um contexto de exposição pública da individualidade.²⁷ Assim, os participantes, ao dirigirem-se uns aos outros, partem geralmente de princípios básicos como a confiança mútua, o senso comum na escolha das palavras e expressões, ou seja, procuram acionar um pano de fundo compartilhado sobre o

²⁷ Segundo Deborah Warr, “em um grupo de discussão, os participantes são convidados a falar para uma audiência. Muitos não estão acostumados a esse cenário, mesmo quando outros participantes são vistos como semelhantes ou como interlocutores confiáveis” (2005, p.202).

lugar a elas destinado socialmente (Wardhaugh, 1985; War, 2004). O esforço para descrever e explicar aspectos das próprias vivências encontra muitos obstáculos. Um deles, apresenta-se sob a forma do “risco” trazido pelo ato de expor um ponto de vista diante dos outros. Para Duchesne e Haeger (2004) “correr um risco” configura-se em uma aposta necessária, uma vez que os interlocutores não podem saber, a priori, quando seu ponto de vista não será acolhido pelos outros, transformando-se na causa de um conflito. O trecho abaixo evidencia o exato momento em que uma participante do grupo de discussão assume o risco de expressar, ainda que de forma insegura, uma opinião sobre a qual não tem certeza sobre o posicionamento dos demais:

Moderadora: Quem critica o Lula diz que a bolsa família é uma esmola.

N: Eu acho... *êpa, vou falar*, é quase uma esmola, *né, o bolsa família?* Ele [o Lula] acha que se tivesse um emprego a gente dependia do emprego e não era... não precisava de uma esmola, *não é verdade?*

Z: é porque se você sabe que tem um dinheiro pra recebê, *cê não vai se esforçar pra trabalhar...*

A: mas se a gente fala que o bolsa família é esmola, *fica parecendo que quem recebe é esmolento...*

Moderadora: vocês se sentem assim?

[todas negam]

B: Não, eu não se sinto assim, não. Pra mim, não é esmola. *Na minha opinião é uma ajuda.*

N: é uma ajuda boa. E mesmo que fosse esmola, é uma esmola boa, porque tira muita gente do fundo do poço.

G: É. Mas não é esmola, não.

N: *Que seja esmola ou não*, não teve um governo que fez o que o Lula tá fazendo. *Eu não sei se vocês concordam comigo...* [CRAS Sudoeste, 17/08/06, Campinas]

A associação entre o Bolsa-Família e a esmola é um tema que sempre suscita no contexto dos grupos uma maior implicação dos participantes. Neste caso, a participante N., ao tentar elaborar seu ponto de vista, hesita num primeiro instante. Após uma pausa, ela diz: “*êpa, vou falar*”. Nesse momento, ainda que de forma insegura, ela assume o risco de afirmar a associação entre o benefício e uma esmola. Como N. lança seu posicionamento em forma de pergunta dirigida ao grupo, as demais participantes se sentem compelidas a se manifestarem. A participante Z. mobiliza o discurso da “acomodação”, enquanto que A. contesta a associação, por acarretar o título de “*esmolento*” para aquele que recebe o benefício. A partir de então, cada participante procura resguardar o próprio ponto de vista – o que pode ser evidenciado pelo uso de expressões como: “na minha opinião” – evitando assim um confronto mais direto. O grupo oscila entre caracterizar o programa como esmola ou ajuda. Diante do impasse, a participante N. busca gerar um acordo em torno das “boas ações de Lula” para com a população “*mais humilde*”. Esse ponto revelou-se previamente como consenso entre as participantes. Assim, quando N. o aciona e diz: “*não sei se vocês concordam comigo*”, ela já sabia da existência de um *background* de concordância.

A tentativa empreendida por N. de buscar um consenso no grupo, expressa a dificuldade de desdobramento de um debate em contextos de grupos de discussão. Todavia, é possível ressaltar a importância da produção coletiva do entendimento e dos argumentos dispostos diante do outro. Assumir o risco do debate, mesmo que o confronto não se desdobre, deve ser visto como um desafio necessário à politização dos pontos de vista. O

fato de os participantes se perceberem em uma situação de risco e, mesmo assim, optar pela verbalização de suas opiniões acarreta um relevante ganho para o processo de formação de cidadãos politicamente mais capazes para o debate (Cooke.1999; Scherer-Warren, 2003; Maia, 2004; Kingfisher, 1996).

Não correr o risco

Correr ou não o risco imposto pelo debate instaura momentos sensíveis na discussão do grupo. Defender explicitamente uma posição diante dos interlocutores acarreta conseqüências que vão desde a ruptura de laços de amizade ou de solidariedade, até a pressão de transformar as próprias preferências e a natureza de sua identidade (Conover et al, 2002, Duchesne e Haeger, 2004). Por isso, os participantes evitam assumir posições alegando o caráter privado de suas opiniões. O risco de ter que defendê-las ou justificá-las publicamente parece ser confundido com uma invasão de privacidade (Conover et al., 2002). O trecho abaixo transcrito evidencia como a participante V. mantém-se cautelosa diante do argumento de que a “bolsa família é uma esmola”, sustentado pela participante A. Era visível o modo como V. evitou implicar-se na discussão, exigindo que a moderadora interferisse várias vezes para tentar desdobrar o conflito instaurado:

V: O governo tá respeitando as pessoas quando ele fez isso aí. Eu sei que é pouco, mas ele tá dando uma oportunidade. Não tô falando que o governo é maravilhoso. Na minha opinião, ajuda , porque o pobre era um zero à esquerda. Tudo bem, tem que dá emprego, e dar também mais ajuda, porque com a ajuda você vai caminhar para o emprego. Você estudando ou fazendo um curso, a pessoa vai entrar na sociedade, porque ela teve uma ajuda.

Moderadora: como é entrar para a sociedade?

V: quem mora na favela... lá fora a gente é qualquer pessoa...

A: eles acham que a gente não é pessoa de bem.

V: mas quem mora aqui são pessoas honestas, trabalhadeiras. E é isso que eu quero me sentir, uma pessoa esforçada, cumpridora dos deveres.

Moderadora: e o bolsa família faz vocês se sentirem assim, valorizadas?

A: Não, eu não acho, porque chega a ser uma humilhação, uma esmola. Eu acho que o governo deveria dar dignidade, porque se nós temos um emprego decente, nós temos dignidade.

Moderadora: mas o que a V. falou é que o bolsa família ajuda a caminhar para o emprego. Nesse sentido não ajuda?

A: Não. Seria uma oportunidade se oferecessem cursos sem a gente ter que escolher entre nós e os nossos filhos, porque se eu voltar a estudar, por exemplo, eu vou precisar de um caderno. Mas aí, se eu comprar pra mim, eu vô tirar dos meus filhos, e aí? Eu concordo com a V. que a gente pode ter uma ajuda, um apoio para chegar na oportunidade.

[as outras participantes ficam em silêncio e algumas fazem expressões de reprovação]

Moderadora: alguém concorda com a V.?

T: Olha, pra alguns o bolsa família pode ser esmola, mas pra outros não, porque tem umas famílias que ninguém tem condição de trabalhá, né? Uns tem criança pequena pra cuidá, e não tem creche pra todos. Eu acho que é uma ajuda. [NAF Leste, 22/03/06, BH]

Uma observação mais atenta revelou que todo o restante do grupo discordava do posicionamento de A. Mas essa discordância implícita só pôde ser identificada através de indicadores como: o silenciamento do grupo, os comentários paralelos em tom de cochicho com a participante mais próxima, as expressões de desagrado e os olhares de reprovação.

A discussão travada nesse grupo especificamente teve que ser retomada no dia seguinte devido a algumas falhas na gravação das fitas. Essa nova reunião do grupo forneceu uma oportunidade de investigar os motivos pelos quais a maioria das participantes, especialmente V., não assumiram o risco do conflito que polarizou a participante A. com o restante do grupo. É importante mencionar que A. não pôde comparecer a esse segundo encontro, sendo que a moderadora assumiu o papel de resgatar o ponto iniciador do conflito:

Moderadora: Ontem a A. disse que a bolsa família é uma esmola, uma humilhação...

R: *o que ela falou eu nem respondi...*

G: não é esmola...

V: Vamos supor, sua família tá ganhando e o pai tá doente, a mãe tá doente... Tá sendo humilhado? Não, tá sendo ajudado, porque as pessoas não agüentam trabalhar. Ontem eu ia falá isso, mas eu pensei “eu vô ficá calada, porque a *polêmica* tá demais, então *eu sei a hora de eu falá*”. Igual eu, por exemplo, sou aposentada por *invalidez*. Como eu posso sair procurando emprego? *Então, eu ia fala muitas coisas, mas eu não falei... Era muita coisa pra poder ser falada... mas agora eu solto tudo.* [NAF Leste, 22/03/06, BH]

A ausência de A. pode ser percebida como o retorno de um contexto em que todas pensam de forma semelhante e, por isso, podem expor suas razões de modo menos defensivo. A participante V. comenta que evitou a polêmica, porque aquela não era uma boa hora para ela falar. Contudo, diante de suas amigas (as mulheres que participaram no segundo dia freqüentam a Oficina de Mulheres do NAF – onde fazem artesanato, mas também desenvolvem vínculos de solidariedade), ela alega estar disposta a “soltar tudo”. A “hora de falar” pode ser traduzida como o momento propício para nos expormos diante daqueles em quem confiamos. O argumento que ela iria acionar, no dia anterior, para contradizer a participante A., continha um exemplo intimamente ligado à sua experiência própria. Mas não era um exemplo qualquer, pois exigia o reconhecimento da “invalidez” e da inabilidade de V. para o trabalho. Nesse sentido, V. argumentava que o bolsa-família não era uma esmola, uma vez que o argumento contrário implicaria que ela assumisse, na frente de todos, sua incapacidade de trabalhar.

Como vimos, justificar um ponto de vista muitas vezes requer o acionamento de experiências pessoais ligadas à própria identidade. Assim, quando um momento sensível de discordância se delineia no grupo, os participantes podem também ver-se diante de questões sensíveis. A necessidade de não ser ofendido, de reduzir os riscos de danos à própria identidade, de evitar julgamentos negativos leva os participantes a se absterem de manifestar suas opiniões.

Contudo as conseqüentes estratégias de implicação e não-implicação dos participantes, constituem um espaço discursivo relacional no qual é possível colocar em prática a reciprocidade e o respeito mútuo com relação às preferências e argumentos

sustentados por cada participante. A disputa entre enquadramentos de sentido que embasam as razões e argumentos constitui-se em uma prática essencial ao processo político.

Considerações finais

Esse trabalho mostrou o quanto a dinâmica produzida pelas conversações construídas nos grupos de discussão cotidianas sobre temas politicamente relevantes é importante elemento na constituição do poder comunicativo o qual não se origina somente de públicos politicamente orientados e organizados, mas também dos cidadãos comuns, invisíveis e pobres politicamente (Bohman, 1997).

A interpretação dos dados coletados segundo as cinco categorias analíticas propostas permitiu-nos entender como um grupo específico de cidadãos comuns e marginalizados, as beneficiárias do Programa Bolsa-Família, são capazes de explicitar premissas, entendimentos, engajar-se no debate e prover argumentos próprios para justificar-se reciprocamente, ou seja, atividades que, se não promovem mudanças imediatas no processo político, favorecem o aperfeiçoamento das qualidades morais, práticas e cognitivas; fortalecem vínculos de solidariedade; propiciam a produção de entendimentos e soluções de forma cooperativa; contribuem na formação de cidadãos politicamente autônomos, capazes de desenvolver o respeito mútuo e a reciprocidade. Como salienta Aldé (2001, p.22) “os cidadãos comuns possuem uma orientação política interna, um sentimento de que estão qualificados para lidar com questões políticas, que os dota da auto-confiança necessária para dele tomar parte”.

Não estamos negligenciando o fato de que é a esfera pública o *locus* privilegiado do debate e da troca argumentativa. O que enfatizamos, entretanto, é que as falas cotidianas sobre a política são frequentemente iniciadas nos contextos mais rotineiros, nas trocas comunicativas mais cotidianas. Essas falas, em virtude de seu caráter prosaico, fluido e descontínuo são, de antemão, descartadas enquanto discursos capazes de prover contribuições ao processo político. Contudo, argumentamos que elas, além de oferecerem oportunidades à prática comunicativa entre os sujeitos, surgem como fonte geradora da opinião pública e do entendimento de questões tanto ligadas ao cotidiano, à representação quanto ao sistema político e administrativo.

Podemos afirmar, portanto, que as trocas comunicativas estabelecidas nos contextos dos grupos de discussão possibilitam momentos de exposição e reflexão das próprias idéias, reduzindo, assim, a inconsistência cognitiva que marca nossas trocas comunicativas mais ordinárias, promovendo a qualidade das opiniões, a troca recíproca de argumentos e a construção conjunta de entendimentos sobre o universo ampliado da política.

Referências Bibliográficas

- ALDÉ, Alessandra. *A Construção da Política: cidadão comum, mídia e atitude política*. Tese de Doutorado em Ciência Política, construída junto ao IUPERJ, 2001.
- ANDERSON, Joel; HONNETH, Axel. “Autonomy, Vulnerability, Recognition, and Justice”. In: CHRISTMAN, John; ANDERSON, Joel (eds.). *Autonomy and the Challenges to Liberalism: New Essays*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, pp. 127-149.
- BARKER, Chris. *Televisión, globalización e identidades culturales*. Trad. Bernardo Moreno Carrillo. Barcelona: Paidós, 2003.

BENHABIB, Seyla (ed.). *Democracy and Difference – contesting the boundaries of the political*. Princeton: Princeton University Press, 1996.

BENNETT, Stephen; FLICKINGER, Richard; RHINE, Staci. “Political Talk Over Here, Over There, Over Time”. In: *British Journal of Political Science*, 2000, v.30, pp.99-119.

BERTRAND, Jane; BROWN, Judith; WARD, Victoria. “Techniques for analyzing focus group data”. In: *Evaluation Review*, v.16, n.2, April 1992, pp.198-209.

BRYMAN, Alan. “Focus Groups”. In: *Social Research Methods*. Oxford: Oxford University Press, 2001, pp. 335-351.

BOHMAN, J. *Public Deliberation: pluralism, complexity, and democracy*. Massachusetts: Mit Press, 1996.

BOHMAN, James. “Deliberative Democracy and Effective Social Freedom: capabilities, resources, and opportunities”. In: BOHMAN, James; REHG, William (eds.). *Deliberative Democracy: essays on reason and politics*. Cambridge: Mit Press, 1997, pp.321-348.

BOURDIEU, Pierre (ed.). « L’espace des points de vue », in : *La Misère du Monde*. Paris : Seuil, 1993.

CAREY, Martha Ann. “The group effect in focus groups: planning, implementing, and interpreting focus groups research”. In: MORSE, Janice (ed.). *Critical Issues in Qualitative Research Methods*. London: Sage, 1994, pp.224-241.

CONOVER, Pamela; SEARING, Donald; CREWE, Ivor. “The Deliberative Potential of Political Discussion”. In: *British Journal of Political Science*, 2002, v.32, pp.21-62.

COOKE, Maeve. “A space of one’s own: autonomy, privacy, liberty”. In: *Philosophy & Social Criticism*, v.25, n.1, 1999, pp.23-53.

DUCHESNE, Sophie; HAEGEL, Florence. “La polititisation des discussions, au croisement des logiques de specialisation et de conflictualisation”. In: *Revue française de science politique*, v.54, n.6, décembre 2004, pp. 877-909.

FELTRAN, Gabriel de Santis. “A fronteira do direito: trajetórias individuais, política e violência na periferia de São Paulo”. Trabalho apresentado no 3º Congresso Latino-americano de Ciência política. Campinas, IFCH/UNICAMP, 2006.

FELTRAN, Gabriel de Santis. *Desvelar a política na periferia: histórias de movimentos sociais em São Paulo*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas/FAPESP, 2005.

FERRAZ, Ernani. “Recepção Universitária: um estudo do Jornal Nacional”, *Alceu*, v.5, n.10, jan./jun. 2005, pp.201-214.

FIGUEIREDO, Rubens (org.). *Marketing Político e persuasão eleitoral*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.

FIGUEIREDO, Rubens. *Marketing Político*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

FRASER, Nancy. “Rethinking the Public Sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy”. In: CALHOUN, Craig (ed.). *Habermas and the Public Sphere*. Cambridge: MIT Press, 1992, pp. 109-142.

GAMSON, William. *Talking Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

GOMES, Wilson. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo : Paulos, 2004.

GOODIN, Robert. “Talking politics: perils and promises”. In: *European Journal of Political Research*, v.45, 2006, pp.235-261.

GUAZINA, Liziane. “Ficção Televisiva e política: um estudo sobre a telenovela Explode Coração”, *Comunicação & Política*, v. IV, n.2, pp.151-175.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e Democracia: entre facticidade e validade*. Vol II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HONNETH, Axel. *The struggle for recognition: the moral grammar of social conflicts*. Cambridge: MIT Press, 1995.

JACKS, Nilda. *Querência: cultura regional como mediação simbólica*. Porto Alegre, UFRGS, 1999.

KIND, Luciana. “Notas para o trabalho com a técnica de grupos focais”. In: *Psicologia em Revista*, v.10, n.15, junho 2004, pp. 124-136.

KINGFISHER, Catherine P. “Women on welfare: conversational sites of acquiescence and dissent”. In: *Discourse & Society*, v.7, n.4, 1996, pp. 531-557.

KITZINGER, Jenny. “The methodology of focus groups: the importance of interaction between research participants”. In: *Sociology of Health and Illness*, v.16, n.1, 1994, pp.103-121.

LaPASTINA, Antônio. *The telenovela way of knowledge: an ethnographic reception study among rural viewers in Brazil*. Tese de Doutorado, University of Texas, Austin, 1999.

LAZARUS, Sylvain. « Anthropologie ouvrière et enquêtes d’usine : état des lieux et problématique », *Revue Ethnologie Française*, n.3, 2001.

LETELIER, Celinda Lilian. “Notas metodológicas: entre os grupos de conversação (group discussion) e as intervenções focalizadas (focus groups)”. In: *Política e Trabalho*, n.12, setembro 1996, pp. 164-174.

_____. “Uso y Producción de Focus Groups en Moradores de Asentamientos Rurales”. In: *Política e Trabalho*, n.14, setembro 1999, pp. 111-128.

LUCAS, João Inácio Pires e FERRARI, Gabriela Maria. “Universo Político da Juventude no Início do Século XXI”. Trabalho apresentado no V Simpósio de Ciência e Tecnologia da UCS, Caxias do Sul, 2004.

LUNT, Peter; LIVINGSTONE, Sonia. “Rethinking the focus groups in media and communication research”. In: *Journal of Communication*, v.46, n.2, 1996, pp.79-98.

MAGALHÃES, Raul Francisco e VEIGA, Luciana Fernandes. “Manipulações cognitivas da política: o eleitor comum diante da campanha presidencial de 1998. In: FIGUEIREDO, Rubens (org.). *Marketing Político e persuasão eleitoral*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000, pp.205-231.

MAIA, Rousiley Celi Moreira. “Dos Dilemas da Visibilidade Midiática para a Deliberação Pública”. In : LEMOS, André et al. (orgs.). *Livro da XII Compós : Mídia.br*. Porto Alegre : Sulina, 2004, pp.9-38.

MANSBRIDGE, Jane. “Everyday Talk in Deliberative System”. In: MACEDO, Stephen (ed.). *Deliberative Politics: essays on democracy and disagreement*. Oxford: Oxford University Press, 1999, pp.211-239.

MARQUES, Ângela. Da Esfera Cultural à Esfera Política: a representação de grupos de sexualidade estigmatizada nas telenovelas e a luta por reconhecimento. Dissertação. (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Federal de Minas Gerais /Fafich, Belo Horizonte, 2003.

MARQUES, Ângela; ROCHA, Simone. “A produção de sentido nos contextos de recepção: em foco o grupo focal”. In: *Fronteiras*, vol. VIII, n. 1, jan./abr. 2006, pp.38-53.

MEYERS, Greg. “Displaying opinions: topics and disagreement in focus groups”. In: *Language in Society*, v.27, 1998, pp. 85-111.

MORGAN, David. *Focus Groups as qualitative research*. London: Sage, 1997.

MORGAN, David.. “Focus Groups”. In: *Annual Review of Sociology*, v.22, 1996, pp. 129-152.

MORLEY, David. *Family Television: cultural power and domestic leisure*. London: Routledge, 1986.

NEUMAN, Russell; JUST, Marion; CRIGLER, Ann. *Common Knowledge. News and the construction of political meaning*. Chicago: The University of Chicago Press, 1992.

NORRIS, Pippa. *A virtuous circle – political communications in postindustrial societies*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

PAUGAM, Serge. *La disqualification sociale: essai sur la nouvelle pauvreté*. Paris: PUF, 1993.

PORTO, Mauro. *Media Framing and Citizen Competence: television and audiences interpretations of politics in Brazil*. Tese de Doutorado, University of California, San Diego, 2001.

PORTO, Mauro. “Telenovelas e Controvérsias Políticas: interpretações da audiência sobre Terra Nostra.” In: FRANÇA, Vera Veiga et al. (orgs.). *Estudos de Comunicação. Livro do XI Compós*. Porto Alegre: Brasil, 2003, pp.104-124.

- RANCIÈRE, Jacques. « Dix thèses sur la politique ». In: *Aux Bords du Politique*. Paris: Gallimard, 1998, pp.221-254.
- RIBEIRO, Gustavo César de Macedo. “Cultura Política e visão de mundo na recepção do horário eleitoral nas eleições municipais em Nata – 2004”. Texto apresentado no XII Encontro de Ciências Sociais Norte-Nordeste – CISO, 2005, Belém/PA.
- REIS, Elisa Maria Pereira. “Elite perceptions of poverty in Brazil”. *Institute of Development Studies*, v.30, n.2, 1999.
- ROCHA, Simone Maria. “Televisão, mundo da vida e mobilidade simbólica: a favela e seus moradores na visão de adolescentes”. Texto apresentado na 3ª. Jornada de Comunicação e Democracia entre os Grupos de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública (PPGCom/UFMG) e Comunicação e Democracia (PPGCom/UFBA). FACOM/UFBA, Salvador, 24 e 25 de maio de 2006.
- RONSINI, Veneza. *Entre a capela e a caixa de abelhas: identidade cultural de gringos e gaúchos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- SCHERER-Warren, Ilse. “A problemática da pobreza na construção de um movimento cidadão.” In: *Política & Sociedade*, n.3, 2003, pp.71-93.
- SILVA, Carlos Lins da. *Muito Além do Jardim Botânico*. São Paulo: Ed. Summus, 1985.
- SLUYTER-BELTRÃO, Marília. “Interpreting Brazilian Telenovelas”. In: FADUL, Ana Maria (org.). *Serial Fiction in TV: the Latin American Telenovelas*. São Paulo: USP, 1993, pp.63-76.
- SMITHSON, Janet. “Using and analysing focus groups: limitations and possibilities”. In: *International Journal of Social Research Methodology*, 2000, v.3, n.2, pp.103-119.
- TATAGIBA, Luciana. *Participação, cultura política e modelos de gestão: a democracia gerencial e suas ambivalências*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, UNICAMP/IFCH, 2003.
- TELLES, Vera da Silva. “Pobreza e cidadania: figurações da questão social no Brasil Moderno”. In: _____. *Direitos Sociais: afinal do que se trata?* Belo Horizonte: Ed.UFMG, 1999, pp.79-134.
- WARD, Victoria; BERTRAND, Jane; BROWN, Lisanne. “The comparability of focus group and survey results: three case studies”. In: *Evaluation Review*, v.15, n.2, 1991, pp. 266-283.
- WARDHAUGH, Ronald. *How Conversation Works*. Oxford: Basil Blackwell, 1985.
- WARR, Deborah. “It was fun...but we don’t usually talk about these things. Analyzing sociable interactions in focus groups”. In: *Qualitative Inquiry*, 2005, v.11, n.2, pp.200-225.
- WEST, Candace. “Women’s competence in conversation”. In: *Discourse & Society*, v.6, n. 1, 1995, pp. 107-131.
- WEST, Mark; GASTIL, John. “Deliberation at the margins: participant accounts of face-to-face public deliberation at the 1999-2000 World trade protests in Seattle and Prague”, *Qualitative Research Reports in Communication*, v.5, 2004, p.1-7.
- WYATT, Robert; KATZ, Elihu; KIM, Joohan. “Bridging the Spheres: political and personal conversation in public and private spaces”. In: *Journal of Communication*, v.50, Winter 2000, pp.71-92.
- VEIGA, Luciana e GONDIM, Sônia M. Guedes. “A utilização de métodos qualitativos na Ciência Política e no marketing Político”, *Opinião Pública*, v. VII, n.1, 2001, pp.1-15.